



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EXPEDIENTE de 11 a 18/11/25

1. Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, foram recebidos por esta Comissão os seguintes documentos:

- Resposta do Ministério da Educação ao Requerimento de Informação (RIC) nº 4929/2025, originado a partir da aprovação, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Requerimento nº 103/2025, de autoria do Deputado Geraldo Resende. O referido RIC solicita informações detalhadas sobre a execução das políticas públicas de inclusão escolar para pessoas com deficiência.
- Of. 209/2025 da Câmara Municipal de Vereadores de Victor Graeff-RS encaminhando Moção de Repúdio, de autoria dos vereadores Suzana Kayser, Luciano Drehmer, Elton da Rosa e Marcio Pinto da Silva; Of. 491/2025 da Câmara Municipal de Presidente Venceslau-SP encaminhando Moção de Repúdio, de autoria dos vereadores Silvana Silva e Afonso de Carvalho; Of. 10/2025 da Câmara Municipal de Penápolis-SP encaminhando Moção de Repúdio 100/2025, de autoria do vereador Francisco José Mendes; Of. 174/2025 da Câmara Municipal de Igaraçu do Tietê-SP encaminhando Moção de Repúdio, de autoria do vereador Dr. José Claudio Bergamasco e outros; Of. 390/2025 da Câmara Municipal de Içara-SC encaminhando Moção de Repúdio, de autoria do vereador Higor Batista; Of. 116/2025 da Câmara Municipal de Carlos Barbosa-RS encaminhando Moção de Repúdio, de autoria do vereador Giovani Veras da Silveira; todos em relação ao Decreto Federal Nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 174/2025 da Câmara Municipal de Igaraçu do Tietê-SP encaminhando Moção de Apoio às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs do Brasil, em especial a de Igaraçu do Tietê-SP;
- Of. 267/2025 da Câmara Municipal de Belém-PA encaminhando comunicado sobre posicionamento de apoio ao Projeto de Lei que assegura a estudantes com transtornos de aprendizagem, como TEA e TDAH, recursos de acessibilidade em processos seletivos para ingresso no ensino superior, inclusive o Enem;
- Moção de Apoio 14/2025 da Câmara Municipal de Coronel Freitas-SC ao Projeto de Decreto Legislativo nº 851/25, de autoria do vereador Vlademir Sonda, que tem por objetivo suspender os efeitos do Decreto nº 12.686/2025, do Governo Federal, que institui a chamada Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

2. Foram feitas as seguintes designações de relatoria:

DIA 11/11/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 5000/25 - do Sr. Alfredinho - que "dispõe sobre a inclusão das peças e dos equipamentos necessários para a adaptação de veículos destinados a pessoas com deficiência (PCD) na isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995."

DIA 13/11/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 1823/24 - do Sr. André Fernandes - que "altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a indispensabilidade de avaliação odontológica prévia para autistas não verbais".

Ao Deputado Max Lemos

PROJETO DE LEI Nº 455/25 - do Sr. Pedro Aihara - que "altera o art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, para aumentar os percentuais dos incisos I e II quando os aportes forem destinados a projetos paradesportivos."

DIA 17/11/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 2.706/2025 - do Sr. Romero Rodrigues - que "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para prever a disponibilização de protetores auriculares a estudantes com transtorno do espectro autista. Apensado o PL-2778/2025".